

# Bracher descarta interferência

"Se você precisa de muleta recomenda-se que pare de usar muleta" — foi o que disse ontem o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, seis horas depois que o presidente do Banco de Boston, Ira Stepanian, ter afirmado taxativamente que a comunidade financeira internacional não abre mão das condicionalidades do FMI para renegociar a dívida externa do Brasil e dos demais países devedores. Ao citar de forma figurativa o Fundo de "muleta", Bracher rejeitou qualquer monitoramento da economia interna por aquele organismo que, na sua opinião, retira do governo a autonomia para gerir os negócios de Estado.

Ao falar com jornalistas, no inicio da noite, o presidente do Banco Central confessou não ter tomado conhecimento prévio sobre o que disse o presidente do Banco de Boston, que almoçaria minutos apos com o proprio Bracher. "Por que você não me falou antes?" — queixou-se a um reporter. Apesar de dispensar solenemente a muleta do FMI, Bracher disse que uma demonstração de amizade ao Brasil por parte dos governos dos países onde estão sediados os bancos credores funcionaria muito bem para convencer esses

mesmos bancos a reescalonar a dívida brasileira em termos plurianuais sem o aval prévio do Fundo Monetário.

Quanto ao Clube de Paris, Bracher afirmou que as conversações com os países ricos, através de seus respectivos ministros de finanças e agências oficiais de crédito, encontram-se na fase de convencimento. Esses governos, como se sabe, exigem que o Brasil passe primeiro pelo caixa do FMI, mas Bracher manifestou a esperança de que os credores oficiais acabem acatando o ponto de vista do Brasil. "O que está cada vez mais claro é que a nossa política econômica, que temos certeza ser correta e severa, não tem condições de ser seguida a mando do exterior", enfatizou.

Ao ser perguntado de que maneira os governos de países ricos podem influenciar os bancos privados a concordar em renegociar a dívida brasileira sem o monitoramento do FMI, Bracher respondeu que isso poderia acontecer de diversas maneiras: uma simples autorização, uma manifestação favorável de seus respectivos bancos centrais ou "um caminho que eles (os governos) desejarem" — concluiu.